

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pente-fino é estratégia de Haddad para cortar gasto 3

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Indústrias do fumo e armas têm benefícios fiscais de R\$ 180 milhões 4

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Sessão marca retomada do Congresso Nacional 5

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

STF marca julgamento de recurso do INSS 6

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO
SEGURIDADE SOCIAL

Planejamento previdenciário - NO O DIA 7

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Fraudes - APOSENTADOS 8

PIONEIRO - CAXIAS DO SUL - RS - SERRA
SEGURIDADE SOCIAL

Fila do INSS cresce 33,15% em 2023 9

AGÊNCIA BRASIL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Saiba os temas que devem ser votados pelo Congresso em 2024 11

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso retoma trabalhos: reforma tributária e inteligência artificial são prioridades 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Em busca de modernizar o IBGE 13

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Campeões da inflação 15

O ESTADO DE S. PAULO - CAPA
ECONOMIA

PIB cresceria 0,6 ponto porcentual a mais se o Brasil reduzisse crime 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Crime e violência têm impacto de 0,6 ponto porcentual no PIB do País 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Ao afastar investidores e elevar custos, o crime reduz a produtividade 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"A renda fixa será relevante em 2024"	19
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Salários perdem espaço	21
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Após dois anos de aumento, déficit nominal deve diminuir em 2024 - SERGIO LAMUCCI	23
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS ECONOMIA	
Número de pedidos de recuperação judicial de empresas dispara em 2023.....	25
PORTAL UOL - ECONOMIA SAQUE ANIVERSÁRIO	
Saque-aniversário do FGTS de 2024 é liberado pelo governo; veja calendário.....	27

Pente-fino é estratégia de Haddad para cortar gasto

Lu Aiko Otta

Em sua caçada sem trégua aos "jabutis" que enfraquecem a arrecadação, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, encontrou um caminho menos espinhoso do ponto de vista político. Antes de comprar novas batalhas no Congresso Nacional para tentar acabar com programas que beneficiam determinadas atividades, decidiu passar um "pente fino" na lista de usuários dos programas que reduzem ou eliminam a cobrança de **tributos** federais. A ideia é cortar os usos indevidos dos benefícios.

Com isso, é possível que o objetivo de reduzir a conta dos gastos tributários de 4,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para 2% do **PIB** seja alcançado, disse o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, ao anunciar na sexta-feira o envio de um projeto de lei para reorientar o controle de benefícios fiscais pelo fisco.

Porém, o objetivo mais imediato é simplesmente obter informações sobre quem são os beneficiários. Não há informações gerenciais sobre vários programas menores, disse o secretário. Assim, as empresas deverão informar à Receita quais são os benefícios fiscais de que usufruem. Os fiscais verificarão se as empresas estão realmente enquadradas e se preenchem as condições para tanto.

É uma frente que pode trazer resultados, a julgar com a iniciativa recente de fiscalizar o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). Como mostrou o Valor em outubro do ano passado, a Receita fiscalizou 12 mil declarações de empresas que se beneficiam do programa e encontrou indícios de irregularidade em 1.600.

No caso que mais chamou a atenção, uma empresa do setor de material de construção declarou receitas de R\$ 1 bilhão no âmbito do programa do setor de eventos. Também foram encontrados postos de gasolina nessa situação. Em muitos casos, as empresas têm atividades secundárias que se enquadrariam no Perse, mas não sua atividade principal.

Os chamados gastos tributários, como são chamados esses programas que reduzem a tributação sobre determinadas atividades, somarão RS 523,7 bilhões

em 2024. Essa conta vem aumentando a cada ano, conforme tem repetido o ministro da Fazenda.

Reduzi-la seria uma forma de ajustar as contas públicas. A redução dos gastos tributários a 2% do **PIB** é objetivo perseguido desde o governo de Jair Bolsonaro, com a concordância do Congresso Nacional.

Porém, é mais fácil falar do que fazer. Os gastos tributários são chamados de "jabutis" não por acaso. São benefícios que existem porque tiveram força política para serem aprovados no Congresso Nacional. Desfazê-los não é tarefa trivial.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187782>

Indústrias do fumo e armas têm benefícios fiscais de R\$ 180 milhões

As empresas dos setores de fumo e de armas receberam benefícios fiscais de mais de R\$ 180 milhões em 2021. As informações referem-se a valores que deixaram de ser arrecadados em **tributos** federais e de incentivos relacionados a programas governamentais. Os dados constam no Portal da Transparência.

Um grupo de nove empresas da indústria bélica recebeu benefícios de R\$ 133,8 milhões no mesmo ano. A maior renúncia, no entanto, foi de R\$ 95,4 milhões, concedida à Companhia Brasileira de Cartuchos, seguido da Taurus, que foi beneficiada em R\$ 30,3 milhões.

Já com relação às empresas de produção de cigarros, as maiores renúncias são da Tobacco House e Philip Morris, fabricante do Marlboro (R\$ 9 milhões). No total, o setor conseguiu reduzir pagamentos de **tributos** de R\$ 47,4 milhões.

O Congresso Nacional chegou a avaliar a cobrança de Imposto Seletivo sobre armas na **reforma tributária** aprovada em 2023. Na reta final da discussão na Câmara dos Deputados, um destaque apresentado pelo PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, derrubou o plano. A reforma prevê este imposto para bens e serviços considerados prejudiciais à saúde, como cigarros e bebidas, o que ainda será regulamentado em lei complementar.

A **Receita Federal** passou a divulgar, em maio de 2023, os dados sobre parte das renúncias de 2021. O recorte soma R\$ 215 bilhões. A Controladoria-Geral da União (CGU) organizou as mesmas informações no Portal da Transparência, que já apresenta as despesas do governo, pagamentos de servidores e valores de emendas parlamentares, entre outros números.

Além de apontar o valor de renúncia por tributo, como Imposto de Importação, PIS/ Cofins-Importação e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), o portal mostra

o tipo de incentivo governamental relacionado ao benefício. O Ministério da Saúde apoia a proposta de elevar a tributação sobre estes produtos. O Instituto Nacional do Câncer (Inca) estima que o Brasil gasta R\$ 125,1 bilhões anualmente para combater doenças

relacionadas ao tabaco, entre custos médicos diretos, despesas de cuidados de familiares e pessoas próximas e com a perda de produtividade.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>

Sessão marca retomada do Congresso Nacional

A abertura do ano legislativo está marcada para as 15h desta segunda-feira em sessão solene do Congresso Nacional. Na ocasião, ocorrerá a leitura de mensagem a ser enviada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com os temas e projetos considerados prioritários pelo governo para este ano. A mensagem do Executivo deverá ser entregue pelo ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, e ser lida em Plenário pelo 1º secretário da Mesa do Congresso, deputado Luciano Bivar (União-PE). A cerimônia conta também com a mensagem do Poder Judiciário e as falas dos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira.

Para além do cerimonial, senadores e deputados encontrarão desafios pela frente. Há 20 medidas provisórias (MPs) pendentes de votação. A matéria mais polêmica é a que reonera a folha de pagamentos de 17 setores da economia. Outras dez proposições liberam R\$ 96 bilhões para a quitação de precatórios e o enfrentamento de desastres climáticos.

DESONERAÇÃO. Editada no fim do ano passado por Lula, a MP restringe o efeitos de uma lei que colocou em lados opostos os interesses dos Poderes Legislativo e Executivo. A legislação desonera a folha dos setores que mais geram emprego no país. Aprovado pelo Congresso em novembro de 2023, o texto foi vetado integralmente pelo presidente da República. Em dezembro, senadores e deputados impuseram uma derrota ao Palácio do Planalto e derrubaram o veto. No dia seguinte, Lula editou a MP 1.202/2023.

A medida provisória encontra resistência no Congresso Nacional. Parlamentares da oposição defendem a devolução do texto ao Poder Executivo. A expectativa é que haja revogação do trecho que trata da reoneração, fruto de um acordo entre o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco e com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e Lula.

Entre as MPs, dez abrem créditos extraordinários para diversos órgãos públicos. Juntas, as matérias somam mais de R\$ 96 bilhões. A maior parte dos recursos está concentrada em apenas uma proposição: a MP 1200/23, que destina R\$ 93,1 bilhões para a quitação de precatórios. Os precatórios são ordens de pagamento expedidas pela Justiça após o trânsito em julgado de ações perdidas pelo poder público.

A MP libera recursos para encargos financeiros da União e beneficia os Ministérios da **Previdência Social**; da Saúde; e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. A matéria tranca a pauta de votações a partir de 15 de março e perde a validade em 29 daquele mês.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=logon&edicao=10979>

STF marca julgamento de recurso do INSS

O Supremo Tribunal Federal marcou para o dia 28 de fevereiro o julgamento do recurso do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) sobre a chamada "revisão da vida toda" das contribuições à **Previdência Social**. O julgamento, marcado para 1º de fevereiro, foi adiado mais uma vez devido à falta de tempo na sessão de Abertura do Ano Judiciário, segundo informou a assessoria da Corte, informou o R7.

Agora, os ministros vão decidir se alteram uma decisão de 2022 do próprio Supremo. Na época, foi reconhecida a revisão da vida toda e permitido que aposentados que entraram na Justiça pudessem pedir o re-cálculo do benefício com base em todas as contribuições feitas ao longo da vida.

A "revisão da vida toda" permite aos segurados escolher a regra mais vantajosa para o cálculo da aposentadoria. Antes, só eram consideradas as contribuições a partir de julho de 1994, início do Plano Real, o que prejudicava os beneficiários que tiveram salários mais altos antes desse período.

Com a medida, toda a vida contributiva pode ser considerada no cálculo da aposentadoria e de outros benefícios do **INSS**, com exceção do auxílio-maternidade. A regra só vale para quem se aposentou nos últimos dez anos, desde que tenha dado entrada no pedido de aposentadoria antes da reforma da Previdência de 2019.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10979>

Planejamento previdenciário - NO O DIA

NO O DIA

De acordo com a advogada Cátia Vita, um planejamento previdenciário é a melhor abordagem para quem busca regularizar a situação previdenciária. Essa análise, realizada por um advogado especialista em Direito Previdenciário, permite determinar o momento ideal para a aposentadoria e quais medidas tomar para obter o benefício com o valor mais vantajoso possível.

É relevante destacar a possibilidade de realizar o pagamento retroativo das contribuições atrasadas referentes a períodos anteriores. A especialista destaca que isso requer cálculo específico, considerando os valores devidos e os juros correspondentes. "A esposa do nosso leitor pode entrar em contato com o **INSS** para obter mais informações sobre como proceder neste caso" orienta.

Outro ponto relevante é retomar as contribuições previdenciárias. "Sua esposa pode se cadastrar como contribuinte individual no **INSS** e começar a fazer contribuições mensais por conta própria. Essa ação é fundamental para acumular tempo de contribuição e aprimorar a elegibilidade para benefícios futuros", destaca Vita.

Cada situação é única, portanto é aconselhável que sua esposa busque a orientação de profissional especializado em **Previdência Social** ou um contador. Dessa maneira, ela estará apta a analisar as opções mais apropriadas.

É essencial buscar orientação para tomar decisões mais assertivas em relação à regularização previdenciária, assegurando um futuro mais sólido, salienta o advogado Átila Nunes do serviço www.reclamaradianta.com.br. O atendimento é gratuito pelo e-mail jurídico @reclamaradianta.com.br ou pelo WhatsApp (21) 99328-9328.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/12030/05-02-2024.html>

Fraudes - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

As fraudes sem controle e providências efetivas e de resultados positivos para evitá-las continuam causando elevados e significativos prejuízos ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

É lastimável que a **Previdência Social** tenha completado 101 (cento e um) anos de existência, sendo já centenária e ainda não esteja protegida desse avanço inescrupuloso nos recursos financeiros que as cidadãs e cidadãos brasileiros, disponibilizam ao Instituto, com a finalidade de atendê-los dignamente quando necessitarem. A gestão administrativa do **INSS** precisa, urgentemente, tomar medidas protetivas para evitar ocorrências fraudulentas como aconteceu recentemente no interior do Estado do Pará.

GESTÃO O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) não pode nem deve permitir que se utilize a fraude na concessão do benefício previdenciário. O Instituto tem, obrigatoriamente, que estar preparado para evitar a sangria dos recursos financeiros disponibilizados pelo contribuinte.

Para isso, precisa fortalecer e adequar a sua gestão administrativa com recursos humanos qualificados e equipamentos tecnológicos que possam coibir ações de improbidade. O **INSS** tem que ser exemplo de administração, pois é responsável pela manutenção da qualidade de vida dos aposentados, pensionistas e também dos milhões de contribuintes- segurados que ainda permanecem no mercado de trabalho.

EXPECTATIVA Aposentados e pensionistas do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) estão na expectativa para que no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o Orçamento da **Seguridade Social** permaneça com os recursos financeiros exclusivos na cobertura das despesas com saúde, assistência social e **previdência social**, cumprindo efetivamente o estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigos 193 a 204, Título VIII, Da Ordem Social, Capítulo II - Da **Seguridade Social**. Mantendo-se essa ordem, as três áreas, com certeza absoluta, estarão atendendo com eficiência as suas atribuições.

ELIMINAÇÃO Para que isso aconteça, há necessidade de se eliminar, em definitivo, o instrumento Desvinculação de Receitas da União, que chamamos

de famigerada DRU, por ser uma forma de retirada de recursos financeiros do Orçamento da **Seguridade Social** sem que se proceda a devida reposição, impedindo que as áreas que compõem a **Seguridade Social** atendam com segurança e eficiência as suas obrigações e atribuições muito bem definidas na Constituição Cidadã. Aliás, o que reivindicam os aposentados e pensionistas é a correção de um malfeito praticado há mais de 3 (três) décadas, criado em 1994, governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

RECURSOS A propósito, a retirada de recursos financeiros do Orçamento de **Seguridade Social**, observam os aposentados e pensionistas, enfraquece, principalmente, as ações e atribuições de competência da **Previdência Social**, a serem cumpridas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Deixa-se de pagar corretamente os benefícios previdenciários, prejudicando severa e perversamente todas as cidadãs e cidadãos brasileiros que contribuíram e contribuem para no final de suas vidas e na saída do mercado de trabalho, serem contemplados com proventos dignos de uma aposentadoria que possa garantir a qualidade de vida que mantinham quando em atividade laborativa.

PROCEDIMENTOS Os procedimentos atuais não podem e nem devem continuar. Os aposentados e pensionistas têm que ser remunerados pelo que contribuíram financeiramente.

A redução de proventos das aposentadorias e pensões é maldade praticada contra as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros.

A correção desses procedimentos irregulares, maldosos e perversos, somente serão sanados com a aprovação do Projeto de Lei nº4434/2008, que atualiza e regulariza os proventos das aposentadorias e pensões e que está pendente de solução na Câmara dos Deputados há 16 (dezesesseis) anos. Aprovação do PL-4434/2008 já!

SONHO "Quando sonhamos sozinhos, é apenas um sonho; mas quando sonhamos com os outros, tem início uma nova realidade" (Dom Helder Câmara).

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com/home>

Fila do INSS cresce 33,15% em 2023

ANDERSON AIRES anderson.aires@zerohora.com.br

A fila de pessoas à espera de uma resposta na área de **seguridade social** fechou o ano passado com alta no Rio Grande do Sul. O total de benefícios pendentes no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) cresceu 33,15% em 2023 no Estado. Olhando o período mais alongado, de cinco anos, a elevação é de 44,16%. Os dados são do governo federal e foram obtidos por meio de pedido via Lei de Acesso à Informação (LAI).

A pesquisa pega benefícios como aposentadorias, pensões e outros que não foram detalhados pelo governo. Mudança na coleta de informações, redução de servidores, dificuldade na digitalização de processos e problemas de infraestrutura ajudam a explicar a fila ainda em patamar elevado, segundo especialistas.

Por outro lado, mesmo com a alta no estoque, o levantamento do Executivo apresenta queda no tempo médio de concessão. Ações como flexibilização em atestados para auxílio-doença e mutirões ajudam a explicar esse avanço, segundo o governo.

Em dezembro de 2023, o Estado anotou 59.669 benefícios pendentes no **INSS** - 14.857 a mais do que o montante observado no mesmo mês de 2022. O total do ano passado também é maior do que o anotado em 2019(41.391).

O superintendente regional sul do **INSS**, Alberto Carlos Freitas Alegre, atribui o aumento na fila a uma mudança na contagem dos dados. Segundo o dirigente, em 2022, não entravam na lista anual os pedidos de benefícios por incapacidade (auxílio-doença).

"Somente em 2022, esse tipo de demanda foi responsável pela entrada de 773.879 requerimentos, o que elevaria o número total de benefícios pendentes ano passado de 886.934 para 1.660.813", explicou Freitas Alegre, usando dados do país como exemplo, em resposta por e-mail.

Contingente

Jane Berwanger, advogada e diretora do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), afirma que a manutenção do patamar elevado da fila ocorre em razão da dificuldade de dar vazão aos atendimentos. Existe um intervalo de tempo entre a implementação das ações do governo e o efeito a pleno no

escoamento das solicitações, segundo a especialista.

Presidente da Comissão de **Seguridade Social** da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado (OAB/RS), Tiago Kidricki afirma que as ações do governo para enfrentar a fila, como o sistema que dispensa a perícia médica presencial, ajudaram a dar celeridade às análises. No entanto, problemas no contingente e no método de análise de pedidos ainda ancoram avanço mais robusto, diz ele:

- Deveria aperfeiçoar isso. Eles acreditam muito na questão da inteligência artificial, no robô, mas essa ferramenta está precária ainda. Tem a própria questão da falta de servidores. Isso ainda é um problema sério para o **INSS**.

Nos primeiros dias do ano, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, disse que a fila do **INSS** "nunca vai acabar". O ministro acrescentou que, para 2024, trabalha com a meta de reduzir o tempo de espera para 30 dias.

PERFIL

No Estado, a maior parte da fila entra no grupo "Outros", que não é especificado pelo **INSS**.

Na sequência, aposentadorias aparecem com 36,3% dos benefícios pendentes.

A maior parte da fila (36.629) está aguardando resposta dentro do período de 45 dias. Outros 23.040 estão na espera acima desse período de um mês e meio.

Segundo o **INSS**, o conceito de fila atualmente contempla todos os requerimentos iniciais feitos pelo cidadão.

Governo atribui alta no RS à inclusão dos pedidos de benefício por incapacidade. Nos últimos cinco anos, aumento é ainda maior

Queda no tempo de concessão

Mesmo com a fila ainda alta, dados do **INSS** apontam para queda no tempo médio de concessão. Em janeiro de 2023, a média de espera para resposta era de 77 dias no Rio Grande do Sul. Em dezembro, esse intervalo caiu para 39 dias. No país, a retração foi menos intensa, recuando de 69 para 50 dias.

O superintendente Regional Sul do **INSS**, Alberto Carlos Freitas Alegre, cita a contratação de novos servidores com atividade exclusiva para a análise de requerimentos, gestão de análise dos pedidos por faixa, com foco especial nos antigos e mutirões entre os pontos que explicam esse movimento. Além disso, destaca o novo modelo de análise de atestados que dispensa a perícia médica presencial, chamado de Atestmed.

"Foi responsável por um aumento de 26% na concessão de auxílio-doença em 2023 em comparação com o ano anterior", pontua.

Espera por resposta

Mesmo com a melhora do intervalo de espera para concessão, algumas pessoas estão distantes dessa média. É o caso do empregado rural José Marcos Graciano, morador de Jaguari, na Região Central. Com auxílio da esposa e de uma advogada, Graciano entrou com pedido de aposentadoria por tempo de contribuição em agosto de 2023. Desde então, não obteve resposta sobre o pleito junto ao **INSS**.

Hoje, a rotina do casal ganhou novo hábito. A esposa de Graciano, a agricultora Ade-jane Gomes da Silva, 50 anos, atualiza diariamente o aplicativo do **INSS** na esperança de ver um retorno positivo sobre o pedido. Além disso, de tempos em tempos procura a advogada para informações. Enquanto ela falava com ZH, o marido trabalhava no campo, em uma localidade afastada, sem sinal de celular.

- É angustiante, porque são mais de 40 anos trabalhando. Chega nos 60 e a pessoa quer a aposentadoria. A vida de quem trabalha no campo não é fácil -dize Adejane.

Hoje, uma filha mora com Graciano e Adejane. Outros dois filhos residem em imóveis na propriedade do casal. Além de permitir o descanso do empregado rural, a aposentadoria vai abrir espaço para ele cuidar da saúde em razão de problemas na coluna.

Site:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/login/pioneiro/flip/?redirectUri=https%3A%2F%2Fflipzh.clicrbs.com.br%2Fjornal-digital%2Fpub%2Fpio%2F%3Fnull>

Saiba os temas que devem ser votados pelo Congresso em 2024

Publicado em 05/02/2024 - 06:48

Por Lucas Pordeus León - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Em sessão solene marcada para esta segunda-feira (5), o Legislativo abre oficialmente as atividades de 2024. Na cerimônia, marcada para começar às 15h, estão previstas as leituras das mensagens dos Poderes Executivo e Judiciário enviadas ao Congresso Nacional. A mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve detalhar as prioridades do governo no parlamento.

Entre os projetos que devem ser discutidos neste ano no Congresso Nacional destacam-se as medidas de regulamentação da **reforma tributária** aprovada no ano passado. Isso porque a Emenda Constitucional 132, que instituiu a **reforma tributária**, ainda precisa de regulamentação via leis complementares para as principais mudanças começarem a valer.

Os projetos devem ser enviados pelo Executivo e vão tratar sobre a forma de cobrança do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS); o funcionamento do comitê gestor dos recursos do IBS; a compensação de eventuais perdas de receita para estados, Distrito Federal e municípios; e sobre os regimes diferenciados e reembolsos de créditos previstos na reforma.

Outros temas que devem ocupar os deputados federais e senadores neste início de ano são a reoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia, instituída pela Medida Provisória (MP) 1.202, e os vetos presidenciais ao orçamento, que cortaram R\$ 5,6 bilhões de emendas parlamentares.

Também devem entrar na pauta de votações neste ano no Congresso Nacional a reforma do Código Civil, a regulação da Inteligência Artificial (IA), a chamada minirreforma eleitoral e medidas para a transição ecológica, como o projeto para o mercado regulado de carbono e a regulação do mercado do hidrogênio verde.

A **reforma tributária** sobre a renda prometida pelo governo também pode ser discutida neste ano. Além disso, a Câmara e o Senado devem analisar 20 Medidas Provisórias (MP) já editadas pelo Executivo.

Por ser um ano eleitoral, existe também a expectativa

de que temas importantes se concentrem no primeiro semestre do ano, já que o segundo semestre será marcado pelas eleições de prefeitos e vereadores, o que costuma reduzir o nível de votações na Câmara e no Senado.

O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que vai priorizar neste ano a alteração do Código Civil. No ano passado, o Senado instalou uma comissão de juristas para sugerir mudanças na legislação em vigor. A expectativa é que o anteprojeto seja entregue aos parlamentares em abril.

IA e Fake News

Outro tema prioritário para Pacheco e para o governo é a regulação do uso da inteligência artificial. A medida aguarda relatório do senador Eduardo Gomes (PL-TO) na Comissão na Comissão Temporária sobre Inteligência Artificial (CTIA). Na semana passada, a União Europeia deu aval as primeiras regras do mundo para inteligência artificial.

Outro tema que tem ganhado a atenção do governo federal e de parlamentares e pode ser aprovado neste ano é o projeto de lei 2630, chamado de "PL das Fakes News", que prevê regular as redes sociais para combater a desinformação. Um texto sobre o tema chegou a tramitar no ano passado, mas teve a votação suspensa após pressão das empresas de tecnologia.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-02/saiba-os-temas-que-devem-ser-votados-pelo-congresso-em-2024>

Congresso retoma trabalhos: reforma tributária e inteligência artificial são prioridades

Ricardo Parra

O Congresso Nacional retoma os trabalhos nesta segunda-feira (5) com o calendário espremido pelas eleições municipais de outubro 2024 e, ao mesmo tempo, com as pautas prioritárias estabelecidas pelos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Alinhados ao governo, Lira e Pacheco emitiram sinais, durante o mês de janeiro, que desejam priorizar a discussão de propostas que regulamentam a **reforma tributária**. Parte dos textos, como o que trata da atualização dos **tributos** sobre a renda, deve ser enviada pelo Planalto já em março.

Além de do foco na pauta relacionada à **reforma tributária**, os presidentes do Senado e da Câmara, bem como os parlamentares das Casas, têm afirmado que a aprovação de textos que criam diretrizes e regras para ferramentas de inteligência artificial (IA) também é prioritária.

Lideranças de ambas as Casas apontam que, em meio à pauta definida por Lira e Pacheco, o início do ano deverá ser estruturado na articulação para recompor R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão, vetados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Orçamento deste ano, segundo informações do portal g1.

As bases oposicionistas na Câmara e no Senado ainda defendem uma ofensiva de propostas para resgatar as prerrogativas parlamentares, em reação às operações da Polícia Federal (PF) que tiveram como alvos o líder da oposição na Câmara, deputado Carlos Jordy (PL-RJ), e o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ).

A volta aos trabalhos terá a tradicional cerimônia de abertura, com salva de tiros de canhão e a subida de Lira e Pacheco pela rampa principal do Congresso.

O evento também conta a leitura de uma mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que apresenta as principais metas do governo para 2024. Uma mensagem do Poder Judiciário e discursos dos

presidentes da Câmara e do Senado também fazem parte do evento.

Congresso Nacional promulgou hoje a **Reforma Tributária** aprovada pela Câmara dos Deputados na semana passada. É um dia histórico! Depois de mais de 30 anos, o país finalmente terá um regime tributário simplificado, desburocratizado e mais justo socialmente. pic.twitter.com/ICb17o2gyq

- Arthur Lira (@ArthurLira_) December 21, 2023

Site: [https://www.terra.com.br/noticias/congresso-retoma-trabalhos-reforma-tributaria-e-inteligencia-artificial-sao-](https://www.terra.com.br/noticias/congresso-retoma-trabalhos-reforma-tributaria-e-inteligencia-artificial-sao-prioridades,892aaf64f511983f862a13ed87d80240huo7rde.html)

[prioridades,892aaf64f511983f862a13ed87d80240huo7rde.html](https://www.terra.com.br/noticias/congresso-retoma-trabalhos-reforma-tributaria-e-inteligencia-artificial-sao-prioridades,892aaf64f511983f862a13ed87d80240huo7rde.html)

Em busca de modernizar o IBGE

Henrique Lessa

O presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Marcio Pochmann, estuda métodos de trabalho para modernizar o órgão e seguir os padrões internacionais de coleta de dados. Em entrevista ao Correio, ele afirmou que o esforço se concentra em atualizar a metodologia do Produto Interno Bruto (**PIB**), com previsão de apresentação neste ano. Marcio Pochmann: "IBGE vai fazer o seu maior concurso da história" Quem é Marcio Pochmann, novo presidente do IBGE "Não é algo que emerge de uma visão específica. Isso é discutido em congressos, estatísticas internacionais, no interior dos institutos nacionais e estatística, uma grande preocupação em atualizar a capacidade metodológica de capturar as transformações que estão em curso na economia mundial", disse o presidente do IBGE.

Pochmann disse que o novo modelo deve acompanhar o que é usado em outros países. "Na verdade, quem está acompanhando a evolução das contas nacionais, das metodologias, percebe que se segue, sempre, um padrão internacional. O código de boas práticas em estatísticas, tudo o que fazemos de maneira geral, está padronizado em termos internacionais, para permitir a comparabilidade", afirmou.

A previsão, segundo ele, é que a atualização seja apresentada ao longo de 2024. O reconhecimento de novos setores das atividades econômicas como, por exemplo, a área de serviços, também será fundamental para a modernização da pesquisa.

"Toda vez que há um avanço metodológico, percebe-se que há partes que compõem o valor agregado da atividade econômica, que não havia sido capturada. Então, os PIBs terminam atualizando a forma de medida, sendo atualizado à medida que se consegue, de forma padronizada no mundo, algo que antes não se tinha condições de medir", destacou. Novos serviços Marcio Pochmann explica que uma parte desse mercado consegue ser mensurada pelas estatísticas oficiais do país. Isso inclui a quantidade de trabalhadores que, atualmente, trabalham com aplicativos de transporte ou de entregas, por exemplo. Por outro lado, há, ainda, um grande conjunto na economia digital que ainda não é representado pelos dados oficiais.

"Já se captura a parte da economia digital. Fizemos, recentemente, uma pesquisa inédita sobre os trabalhadores de plataformas. Não se sabia

precisamente quantos trabalhadores estariam nessa atividade no Brasil e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) capturou isso. Mas ainda não medimos, por exemplo, os trabalhadores de redes sociais monetizadas, quantos youtubers, por exemplo, existem", destacou. Resistência A indicação de Marcio Pochmann ao comando do IBGE gerou críticas de uma parte dos agentes do mercado, pois ele é visto como um integrante da ala mais radical do PT. Economista e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foi presidente do Instituto de Pesquisas Especiais Aplicadas (Ipea), entre 2007 e 2012, e nesse período foi acusado de interferir diretamente na linha de atuação do órgão.

Pochmann rebate as acusações e ressalta que, no Brasil, a manipulação de dados existiu apenas em 1973, época da ditadura militar, quando o índice oficial de **inflação** ainda era calculado por uma instituição privada, a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ele atribuiu as críticas do mercado a um preconceito de classe.

"A instituição teve presidentes vinculados ao mercado financeiro, neoliberais e de extrema direita, mas nunca teve questionamento dessa natureza. Jamais pensaria em algo como manipulação e censura. No entanto, entendo também que há um preconceito de classe, que vem de determinados segmentos, porque eu sou o primeiro presidente da instituição, que é um economista do trabalho", disse.

Para Arilton Freres, sociólogo e diretor do Instituto Opinião, depois dos desgastes do instituto, qualquer mudança deve ser cautelosa. "Ao mesmo tempo que o IBGE é sinônimo de confiança e de credibilidade no Brasil, ele tem sofrido no último período algumas notícias negativas. Basta lembrar o que foi o Censo e todas as dificuldades e, mais recentemente, a polêmica no entorno da posse do Marcio Pochmann", afirmou.

Apesar da resistência inicial, o presidente do IBGE tem conquistado espaço. "O mercado sempre tem suas preferências, e tenta influenciar (ou minar) as escolhas do governo. Reputo o Pochmann como um técnico competente e responsável, que deve respeitar a cultura do IBGE, que é muito forte e tem uma tradição corporativa importante", ressalta o economista Roberto Piscitelli.

Para Eduardo Velho, sócio e economista-chefe da JF Trust, a resistência a Pochmann é política e não deve

influenciar os padrões técnicos do IBGE. É importante lembrar que, nos últimos anos, muitos empregos foram trocados nessa substituição da produção para o segmento digital. Essas mudanças acontecem em vários países. Quanto às resistências ao presidente do IBGE, isso são questões mais políticas, acredito que não interfiram em nada", concluiu.

Campeões da inflação

A passagem aérea e o gás de botijão acumularam as maiores taxas de **inflação** de um ranking que aponta as variações dos preços de 20 bens e serviços desde o início da circulação do real, há quase 30 anos.

A moeda brasileira passou a circular no Brasil em 1º de julho de 1994. Antes, em 1º de março daquele ano, os preços começaram a ser fixados em URV (Unidade Real de Valor), que fez a transição até a chegada da nova moeda. A URV foi implementada por meio de medida provisória (MP) em 27 de fevereiro de 1994.

Até dezembro de 2023, a alta registrada pela passagem de avião no Brasil foi de 2.728%, enquanto a do gás chegou a 2.370%, segundo levantamento do economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores.

(Da Folhapress)

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

PIB cresceria 0,6 ponto porcentual a mais se o Brasil reduzisse crime

Falta de segurança __ B1 e B2

A insegurança custa caro ao País. Segundo estudo realizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro poderia crescer 0,6 ponto porcentual a mais por ano se o nível de criminalidade recuasse para a média mundial. Em 2021, o Brasil registrou 45.562 homicídios, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o equivalente a uma taxa de 21,26 assassinatos por 100 mil habitantes, quase quatro vezes a média global, de 5,8 por 100 mil habitantes. Em São Paulo, na rua Santa Ifigênia, no centro, o número de empresas caiu de 15 mil para 2,5 mil, conforme a associação de moradores e comerciantes da região, por causa da violência.

"O crime afeta a vida de milhões de pessoas e impõe grandes custos sociais", dizem Rodrigo Valdés, diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI, e Rafael Machado Parente, economista da instituição.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Crime e violência têm impacto de 0,6 ponto porcentual no PIB do País

LUIZ GUILHERME GERBELLI

Na semana passada, o Brasil assistiu a um exemplo clássico de como a violência afeta a economia.

Na rua Santa Ifigênia, no centro de São Paulo, um empresário teve sua loja de equipamentos eletrônicos invadida.

Vítima de um centro inseguro, calculou o prejuízo em R\$ 300 mil e decidiu fechar o estabelecimento.

Nos últimos anos, o número de empreendimentos comerciais na região despencou. Em 10 anos, a quantidade de empresas caiu de 15 mil para cerca de 2,5 mil, de acordo com o presidente da União Santa Ifigênia, Fabio Zorzo. O movimento, claro, também tem a ver com o fortalecimento do comércio eletrônico, mas passa pela insegurança enfrentada diariamente por empresários.

"A violência, óbvio, vem atrapalhando todo o movimento da região central. Estamos perdendo empregos e empresas", afirma Zorzo.

De fato, a insegurança tem custado caro ao desenvolvimento brasileiro. O Produto Interno Bruto (**PIB**) do País poderia crescer 0,6 ponto porcentual a mais ao ano se o nível de criminalidade recuasse para o da média mundial, revela um estudo conduzido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

"Considerado as nossas estimativas iniciais, elas sugerem que reduzir completamente a lacuna nas taxas de criminalidade entre o Brasil e a média mundial aumentaria o crescimento do **PIB** real (brasileiro) em 0,6 ponto porcentual, pelo menos por algum tempo", afirmam Rodrigo Valdés e Rafael Machado Parente, diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI e economista do Fundo, respectivamente.

O cenário é bastante delicado para o Brasil, até mesmo quando comparado com os demais países da América Latina como um todo. Na região, a violência tem um impacto econômico um pouco menor, de 0,5 ponto porcentual. "O crime afeta diretamente a vida de milhões de pessoas, impondo grandes custos sociais", apontam Valdés e Parente.

Nas últimas décadas, sobram exemplos de como a região sofre com a elevada criminalidade.

A Colômbia foi um dos casos mais emblemáticos de enfrentamento ao narcotráfico e vê hoje uma volta da violência.

No Equador, houve uma onda de violência em janeiro, e o Brasil tem colhido números alarmantes de homicídios.

Em 2021, o País registrou 45.562 homicídios, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), o que equivalia a uma taxa de 21,26 assassinatos por 100 mil habitantes.

Na Colômbia, essa relação era de 25,67. Os números dos dois países estão bem acima da média mundial, que é de 5,8 homicídios por 100 mil habitantes.

São várias as formas pelas quais a violência afeta a economia, com impactos diretos na produtividade. "E para um País crescer, ele precisa ter produtividade", diz Daniel Cerqueira, conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Ao afastar investidores e elevar custos, o crime reduz a produtividade

LUIZ GUILHERME GERBELLI

O Brasil e outros países da região despejam recursos - nem sempre com qualidade - na área de segurança que poderiam ser mais bem aplicados se destinados para outras áreas da administração pública, como saúde e educação, o que também acarreta perdas para trabalhadores e companhias.

"Nossas descobertas destacam que o crime prejudica a acumulação de capital, possivelmente afastando investidores que temem roubo e violência, e diminui a produtividade da economia, desviando recursos para investimentos menos produtivos, como aqueles que aumentam a segurança de propriedades privadas", ressaltam os pesquisadores do FMI.

Do lado dos trabalhadores, a violência e a sensação de insegurança acarretam perda de produtividade com anos de escolaridades que são perdidos, por exemplo, nos casos de homicídios.

"Os custos da violência no **PIB** se dão por vidas perdidas, afetando mais os jovens que ainda têm toda uma vida ativa. O homicídio traz esse custo direto", diz Marcelo Neri, diretor da FGV Social. "Há também um custo de hospitalização e de dias perdidos de trabalho."

AÇÕES PLANEJADAS. Para as empresas, pode representar aumento de custos de produção - o seguro para fretes, por exemplo, costuma ser mais alto em lugares violentos -, e há ainda a dificuldade em retenção de mão de obra. "As pessoas se mudam (de lugares violentos). A empresa tem dificuldade de atrair mão de obra", diz Cerqueira.

Em Medellín, na Colômbia, um estudo conduzido por Santiago Tobón, professor de economia da Universidad EAFIT, mapeou os vários impactos da violência na região por causa da atuação do crime organizado.

Ele observou como extorsões levam ao fechamento de negócios, preços de alimentos elevados por causa do controle de grupos criminosos e restrição de mobilidade.

"Além disso, somase o abandono de muitas regiões da Colômbia devido à presença de grupos armados.

Hoje, isso é especialmente grave no Pacífico e nas fronteiras com o Equador e a Venezuela, onde grupos armados impõem a ordem para controlar plantações de coca e explorações ilegais de ouro", diz Tobón.

Resolver a questão - ou ao menos mitigar o impacto da violência na economia - depende de ações bem planejadas e da condução de gastos inteligentes, dizem os especialistas. O primeiro passo, dizem, é ter um bom diagnóstico. E ponderam que também é preciso reduzir o tamanho das organizações criminosas que atuam na América Latina e o interesse dos jovens por ingressar em grupos organizados.

"Tudo isso requer coordenação, recursos e uma agenda de longo prazo que possa ser mantida consistentemente mesmo com as mudanças de governo", diz Tobón.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

"A renda fixa será relevante em 2024"

JENNE ANDRADE E-INVESTIDOR

ENTREVISTA: José Cataldo, Economista com pós-graduação na UERJ, passou pelos bancos Sudameris e Real antes de ir para a Ágora Investimentos

A primeira reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) em 2024 ocorreu na última quarta-feira e o colegiado do Banco Central decidiu por um corte de 0,5 ponto porcentual na taxa básica de juros Selic, que recuou ao patamar de 11,25% ao ano.

José Cataldo, superintendente de research da Ágora Investimentos, avalia que a autoridade monetária seguirá com cortes da mesma magnitude em pelo menos mais três encontros - até o final do ano, sua expectativa é de que a Selic esteja em 9,5% ao ano - projeção mais elevada do que a média de mercado, de 9% segundo consenso expresso no Boletim Focus, do BC.

Por trás dos cálculos mais conservadores, estão os riscos fiscais, com o anúncio da nova política industrial e um déficit fiscal de R\$ 230,5 bi no primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), além de preocupações com a **inflação**.

A renda fixa deve seguir protagonista mesmo em meio ao ciclo de queda da Selic, diz Cataldo, que vê os títulos isentos de imposto de renda (IR) e atrelados à **inflação** como grandes oportunidades neste início de ano. A renda variável também está interessante, mas exige maior seletividade.

Veja a seguir os principais trechos da entrevista: O Copom cortou a Selic para 11,25%. Qual sua leitura sobre o **comunicado**?

O **comunicado** não trouxe muita novidade, o Banco Central manteve a frase que diz que vai continuar cortando os juros na mesma magnitude. Isso quer dizer, no final das contas, que no início de maio a Selic deve estar próxima de 10%. E foi uma decisão unânime. O balanço de riscos para a **inflação** também se manteve inalterado. De uma maneira geral, os preços são os pontos mais relevantes.

Apesar de o BC sugerir manter o mesmo ritmo, existe espaço para cortes maiores?

Tanto o cenário interno quanto lá fora não justificam um corte maior do que meio ponto porcentual. Temos

uma expectativa que talvez seja mais alta do que a média de mercado para a Selic no final de 2024. Vemos a Selic a 9,5%.

Somos conservadores nesses movimentos.

Quais riscos impedem o Banco Central de acelerar o ciclo de queda da Selic?

Se for olhar o cenário interno, o Produto Interno Bruto (**PIB**) vem mostrando fadiga desde o 3º trimestre de 2023. Entendemos que isso vai se estender para o primeiro semestre de 2024. Hoje, não temos uma preocupação tão grande com a **inflação**, como tivemos no final do ano passado, mas temos uma visão conservadora. Não vemos um impacto grande de **inflação** de alimentos em 2024. Contudo, temos cautela com a **inflação** de serviços, que deve seguir no radar. A nossa projeção do IPCA para 2024 é de 3,9%.

E no cenário externo?

O consenso da Bloomberg mostra uma expectativa do **PIB** dos EUA para 2024 em 1,3%. Ainda que isso não signifique uma recessão, temos uma expectativa de que, mais para frente, os EUA entrem em um cenário mais apertado. A **inflação** americana ainda está rodando acima da meta de 2% - a **inflação** foi de 3,2% em 2023. Portanto, a única razão para cortes agressivos dos juros nos Estados Unidos seria uma forte reversão da atividade, levando a economia a um ou dois trimestres de crescimento negativo.

Enxergamos que não é possível termos um período de cortes mais agressivos de juros, com **inflação** rodando acima da meta, sem uma recessão.

Como fica a renda fixa nesse cenário?

A renda fixa ainda deve ser uma alocação relevante em 2024, principalmente em instrumentos isentos, incentivados.

. Produtos indexados ao IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo, usado para mensurar a **inflação**), com investimento superior a quatro anos, possuem taxas oportunas de carregamento a longo prazo. Tem os títulos bancários, emissão privada e pública, que remuneram IPCA mais 5% e permitem uma proteção do patrimônio do investidor quanto aos riscos inflacionários. As posições prefixadas para 2026 também mostram alguma atratividade. Os títulos com

vencimento de curto e médio prazos apresentam taxas superiores ao CDI, em torno de 10% ao ano. Para aquele que é muito conservador, os pós-fixados também acabam sendo ainda interessantes, garantindo um retorno real acumulado na Selic.

Quais são as oportunidades na Bolsa?

Temos destacado histórias de empresas pouco endividadas, desalavancadas, com boa execução e boas pagadoras de dividendos. Entretanto, essas são empresas que geralmente têm um upside menor. Já dentro das histórias de crescimento, onde estão os maiores potenciais de valorização, gostamos de consumo discricionário, small caps e algumas blue chips. Temos projeção para o Ibovespa de 157 mil pontos até o final do ano. Um upside basicamente de 20%, que não é nem tão grande se considerarmos uma correção pela renda fixa.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Salários perdem espaço

CÁSSIA ALMEIDA *cassia@oglobo.com.br*

O peso dos lucros de negócios e de outros ganhos fica cada vez maior no Produto Interno Bruto (**PIB**) enquanto a porção dos salários e contribuições dos trabalhadores vem caindo no Brasil desde 2017. Em 2016, a renda dos assalariados chegou ao pico: 44,7% do **PIB**. Desde então, caiu abaixo de 40%, afastando o Brasil do perfil das economias mais desenvolvidas e evidenciando a alta desigualdade.

Segundo o **PIB** medido pelo IBGE pela ótica da renda (que divide a economia entre capital e trabalho), essa fatia chegou a 39,2% em 2021, último dado disponível, o menor desde 2004. Para especialistas, ainda não houve recuperação.

Na outra ponta, o excedente operacional bruto, que corresponde ao lucro das empresas, fez movimento contrário. Passou de 32,1% em 2015 para 37,5% do **PIB** brasileiro em 2021, maior fatia da série histórica, iniciada em 2000.

Segundo economistas, três fatores contribuem para essa nova tendência: queda da renda do trabalho; redução de vagas e aumento dos lucros com digitalização e automação; e "pejotização" (mais empregados contratados como pessoa jurídica em vez de carteira assinada), o que faz o rendimento do trabalho ser considerado lucro de empresa.

-Há duas maneiras de ver a desigualdade: do ponto de vista da renda pessoal e dessa distribuição funcional da renda, entre capital e trabalho. Nessa medida não conseguimos identificar a desigualdade entre os trabalhadores, mas vemos que há mais renda apropriada pelo capital e menos pelos trabalhadores - explica Kátia Namir, gerente de Renda e Investimento de Contas Nacionais do IBGE.

A pandemia, iniciada em 2020, aprofundou essa tendência, que Fernando Montero, economista-chefe da Tullett Prebon Brasil, estima ter sido freada em 2022 e 2023, mas tudo indica que o nível de participação dos salários na economia segue abaixo de 40%, sem ter ainda voltado ao nível de 2019. Isso porque da- dos mais recentes da Pnad, também do IBGE, apontam que a massa de rendimentos do trabalho contribuiu com 32% do **PIB** no fim do ano passado. Houve uma recuperação após a queda forte da pandemia, em 2020, mas ainda não foi suficiente para voltar o patamar pré-pandemia, em torno de 35%. O nível atual é o mesmo de 2014.

RECUPERAÇÃO É LENTA O economista diz que, para recuperar e espaço, o salário real tem que subir mais que o **PIB** e a produtividade na economia: - Houve queda muito forte do rendimento do trabalho em 2021, e esses rendimentos demoram para voltar.

Esse período de queda da participação dos salários no **PIB** entre 2016 e 2021 foi marcado por duas crises. A primeira, a recessão iniciada em 2014, no governo de Dilma Rousseff, resultou em uma retração de cerca de 7% do **PI B** e foi seguida por um período de estagnação econômica com taxa de desemprego chegando a dois dígitos. A pandemia derrubou ainda mais o mercado de trabalho -com o desemprego atingindo o pico de 14% da força de trabalho em 2021, no governo de Jair Bolsonaro -e agravou esse processo.

-Há uma defasagem do impacto da recessão nos salários.

Há rigidez para demitir e reduzir salário, por isso só vemos mudança nos anos seguintes -diz Kátia Namir, do IBGE, destacando que as atividades que mais cresceram nos últimos anos são intensivas em capital, precisam de muito investimento em equipamentos e menos de mão de obra. - Foi assim nesse período, com o crescimento da indústria ex-trativa e agropecuária mais intensiva em capital. Isso faz aumentar a participação do excedente operacional bruto.

Margarida Gutierrez, professora do Grupo de Conjuntura da UFRJ chama a atenção para o forte investimento em capital do setor de serviços nos últimos anos. O setor que mais emprega acelerou a informatização, aumentando os lucros: -Com o avanço da Tecnologia de Informação (TI), as plataformas de comercialização (como lojas on-line), houve um aumento do volume de capital no setor de serviços.

PARCELA É DE 53,8% NOS EUA Para Cristiano Martins, gerente de Bens e Serviços de Contas Nacionais do IBGE, essa tendência pode ser positiva ou negativa para o bem-estar da população. Vai depender da estrutura econômica de cada país. Onde há maior participação dos trabalhadores nos lucros, por meios de ações de empresas por exemplo, pode ser um sinal positivo. Mas não é o caso do Brasil, afirma: - Depende de como é distribuída a renda do capital. No Brasil, como os trabalhadores tendem a não ter muita participação no capital, é ruim.

Estatísticas da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne as economias mais avançadas, mostram que os países mais desenvolvidos têm participação da remuneração dos empregados mais próximas de 50%. É de 48,2% na Zona do Euro, na União Europeia, chega a 53,8% nos EUA, 50,6% no Reino Unido. Já nos países em desenvolvimento, essa parcela cai bastante, abaixo dos 40%, como agora é o caso do Brasil. Fica em 37% no Chile, 34% na Colômbia e 26,9% no México.

Para Fernando Montero, a expansão da participação dos lucros na economia explica parte do comportamento da **inflação** no momento: índices se mantêm baixos mesmo com rendimento do trabalho em alta (subiu 7,2% em 2023). Normalmente, quando os salários sobem, a **inflação** tende a acompanhar, se não houver aumento de produtividade.

-O crescimento do salário real está acontecendo em cima de margens de preço muito infladas, sem pressionar esses preços. Há uma gordura nos preços industriais, agrícolas e nos administrados (definidos pelo governo, como tarifas de energia e transporte). Tudo que não era salário estava inflado, com margens muito altas -afirma Montero.

PODER DE COMPRA Mesmo com a alta recente, o economista avalia que, nos últimos anos, os salários sofreram "perdas atroz". O que favoreceu o consumo, na visão dele, foram transferências do governo (auxílios e Bolsa Família), aposentadorias e pensões, que não são contabilizadas especificamente nesse tipo de cálculo do **PIB**.

-Ao longo desse período, as transferências do governo (como o auxílio emergencial) foram enormes. As transferências começam a cair em 2022, antes que o salário recuperasse sua fatia na economia. Em 2023, os rendimentos do trabalho estão recuperando com o crescimento simultâneo das transferências -diz.

Montero, no entanto, diz que a perda de poder de compra do trabalhador se vê na **inflação** por grupos de preços nos quatro anos após a chegada da Covid-19. O índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15) ficou em 27,15% no período, mas a alimentação no domicílio subiu 45,61%, produtos industriais encareceram 27,43% e os preços administrados acumularam alta de 25,66%. Na outra ponta, serviços intensivos em trabalho subiram apenas 17,15%.

- Há um claro ganhador e um claro vencedor. No período, o salário real entregou mais **PIB** do que recebeu -diz.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Após dois anos de aumento, déficit nominal deve diminuir em 2024 - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

Sergio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

O déficit nominal do setor público, conceito que inclui gastos com juros, deverá ser um pouco menor neste ano, depois de ter aumentado em 2023 pelo segundo ano seguido. Com despesas financeiras mais baixas e um déficit primário (que exclui dispêndios com juros) menor, o rombo nominal em 2024 tende a ficar na casa de 7% do **PIB** ou um pouco mais, ainda maior que o da média dos emergentes, estimada em 5,5% do **PIB** pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 2023, o déficit nominal no Brasil ficou em torno de 8,5% do **PIB**, segundo analistas - o dado de dezembro será divulgado nesta quarta-feira, e trará o impacto do pagamento no mês de mais de R\$ 90 bilhões de precatórios (dívidas decorrentes de sentenças judiciais). Nos 12 meses até novembro, o rombo foi de 7,82% do **PIB**, um total de R\$ 844,8 bilhões.

O resultado nominal combina os gastos com juros e o resultado primário, definindo a dinâmica da dívida pública. Nos 12 meses até novembro, as despesas líquidas com juros, que mostram a diferença entre os valores financeiros pagos e recebidos pelo setor público, ficaram em 6,6% do **PIB**, ou R\$ 713,4 bilhões. Como proporção do **PIB**, é quase o dobro dos 3,4% alcançados nos 12 meses até junho de 2021, o mais baixo da série histórica de gastos com juros iniciada em 2002, refletindo o efeito do menor nível já atingido pela Selic, de 2% ao ano, que vigorou entre agosto de 2020 e março de 2021.

Pelas projeções dos analistas, o déficit primário em 2023 ficou na casa de 2% do **PIB**, número inflado em cerca de 0,9% do **PIB** pelo pagamento dos precatórios em dezembro. Essa é uma despesa não recorrente, fruto da quitação antecipada pelo governo das dívidas de sentenças judiciais, para evitar a formação de uma bola de neve até 2027, como ocorreria em decorrência da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) aprovada na gestão de Jair Bolsonaro, no fim de 2021. Em 2022, houve superávit primário de 1,25% do **PIB**.

Todos esses números se referem ao setor público consolidado, que inclui União, Estados, municípios e estaduais não financeiras, com exceção da Petrobras e da Eletrobras.

Nesse cenário, o déficit nominal em 2023 aumentou devido aos gastos maiores com juros e à elevação do rombo primário. Agora, a expectativa para 2024 é de que as despesas financeiras caiam um pouco, ao mesmo tempo em que se espera um déficit primário menor. "Para 2023, acredito que o déficit nominal feche próximo a 8,5% do **PIB** e, para 2024, em torno de 7,3% a 7,5% do **PIB**", diz o economista-chefe da Ryo Asset, Gabriel Leal de Bamos. O consenso do mercado, por sua vez, é de 6,8% do **PIB** para este ano. Baixos lembra que se trata de um indicador de grande relevância, equivalendo à "variação nominal da dívida líquida [que desconta ativos como as reservas internacionais], deduzidos os ajustes patrimoniais e metodológicos". É o déficit ancorado nos fatores que determinam o resultado fiscal, o financeiro e o não financeiro, resume Barros, também ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI). Além disso, é um indicador usado com frequência em comparações internacionais.

Ele avalia que o retorno do rombo nominal para níveis mais baixos depende bastante da evolução do déficit primário, observando não acreditar que esse indicador alcançará o equilíbrio até 2026. A meta atual da equipe econômica é zerar o resultado primário do governo central neste ano, hipótese considerada remota pelos especialistas em contas públicas. "Há cenários alternativos, de menor probabilidade, em que o crescimento econômico mais forte e a continuidade da aprovação de medidas de elevação de **tributos** sejam aprovados pelo Congresso e, assim, ajudem a reduzir o déficit

primário mais rápido", diz Barros. Além disso, ele enfatiza que a composição do ajuste fiscal é importante para o impacto sobre o prêmio de risco embutido na curva de juros e **inflação**. "Sem medidas pelo lado do gasto, que ainda oferecem extraordinário espaço, me parece difícil que haja compressão desse prêmio e, por sua vez, uma convergência mais acelerada do gasto com juros nominais para padrões

"normais", diz ele. Na visão de Barros, o padrão "normal" para o Brasil seria uma despesa financeira em torno de 5% a 5,5% do **PIB** ao ano.

Para Barros, a redução da Selic atualmente em curso vai ajudar a conter a escalada do pagamento dos juros. No entanto, diz ele, os dados mostram que há um "carregamento relativamente longo de dívidas emitidas no passado", quando a taxa básica estava mais alta e foram vendidos títulos públicos prefixados e anelados à **inflação** com prêmio, tornando a diminuição da conta de juros bastante lenta e gradual. Barros aponta ainda um outro fator importante: se a percepção de risco fiscal não apresentar melhora, um prêmio pela incerteza em relação às contas públicas será exigido pelo mercado e terá que ser pago pelo Tesouro para rolar a dívida pública nas novas emissões de títulos, ainda que a Selic possa recuar.

Barros insiste na necessidade de medidas de ajuste fiscal pelo lado do gasto. Para ele, é possível conseguir uma economia expressiva de recursos com uma reforma administrativa bem feita, uma fusão inteligente de políticas sociais e uma reformulação do abono salarial (o salário mínimo pago anualmente para quem ganha até dois pisos salariais por mês). Para completar, Barros diz que "atacar os subsídios fiscais é de extrema relevância para reduzir o custo da rolagem da dívida". A soma dos benefícios tributários com subsídios financeiros e creditícios equivale a quase 6% do **PIB**, com os primeiros respondendo por quase 80% desse total. "Os subsídios consomem um volume extraordinário de recursos públicos, que na sua grande maioria não tem avaliação de custo-benefício, sendo renovados sistematicamente sem nenhum lastro de racionalidade econômica", diz Barros.

Em resumo, o déficit nominal deve diminuir neste e nos próximos anos, mas uma redução mais expressiva desse rombo exige que se enfrente o desequilíbrio das contas públicas especialmente pelo lado dos gastos, passo fundamental para uma queda sustentada do nível dos juros.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187782>

Número de pedidos de recuperação judicial de empresas dispara em 2023

Arthur Rosa e Marcela Villar De São Paulo

O número de recuperações judiciais no país não para de crescer. O ano de 2023 terminou com 4.045 empresas efetivamente em processo de reestruturação, índice considerado alto por especialistas, e um recorde no volume de pedidos. Foram registrados 1.405 ao longo do ano, um aumento de quase 70% em relação a 2022.

É o quarto índice mais alto de pedidos registrado pela Serasa Experian desde o início da série histórica, em 2005, e o maior volume desde 2020 - mesmo patamar alcançado nos anos de 2012, 2018 e 2019. Micro e pequenas empresas lideraram a procura (939 delas). E um total de 135 grandes companhias recorreram ao Judiciário.

"Foi um surpreendente aumento no índice de recuperações judiciais no Brasil, consequência do crescimento da inadimplência, que bateu recorde histórico no ano passado", diz o economista Luiz Rabi, da Serasa Experian, destacando que, em outubro (último dado disponível sobre inadimplência), eram 6,6 milhões de empresas no vermelho. As dívidas somavam R\$ 125,8 bilhões.

Hoje, duas a cada mil empresas em atividade estão em recuperação judicial - tendo como base 2,19 milhões de matrizes de pequeno, médio e grande portes. Os dados são do Monitor RGF de Recuperação Judicial, desenvolvido pela consultoria RGF Associados, que não incluem microempresas.

O número de companhias em processos de reestruturação - considerando entradas e saídas - aumentou em 173 no quarto trimestre do ano, saindo de 3.872 para 4.045.0 estoque, no fim do primeiro semestre, estava em 3.823 processos e esse número já era considerado bastante alto pelo sócio da RGF, Rodrigo Gallegos, e pela consultora Roberta Gonzaga.

Os maiores índices de recuperação judicial, de acordo com o Monitor RGF, estão nos setores de cultivo de cana-de-açúcar, construção de rodovias e ferrovias, fabricação de laticínios, de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e de fabricação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária, exceto para irrigação - com base na Classificação Nacional das Atividades

Econômicas (CNAE).

O aumento no número de empresas em recuperação ocorreu porque a quantidade de novos processos foi maior do que a de processos encerrados. No quarto trimestre, 357 empresas entraram em recuperação, mais que o dobro da quantidade no terceiro trimestre do ano. E 184 saíram - 110 delas retornaram à operação normal.

Um conjunto de fatores explica esse crescimento. Mas o que mais pesa, de acordo com Rodrigo Gallegos e Roberta Gonzaga, da RGF, é a alta taxa de juros. As empresas se alavancaram com a oferta de crédito quando os juros estavam baixos. Durante a pandemia, em 2020, a Selic esteve em 2%. Agora, em meio a quedas, está em 11,25% "As empresas ainda estão muito estranguladas com o custo da dívida", diz Gallegos. Ele lembra que hoje, ao contrário do período de pandemia, não existe mais tanta margem para negociação. Naquela época, os credores estavam mais benevolentes - concedendo prazos de carência e permitindo o alongamento da dívida.

Essa explosão em 2023, afirmam especialistas, é, em parte, fruto de uma demanda reprimida da pandemia da covid-19. "A crise que estava acontecendo foi sendo adiada. Muitos bancos renegociaram prazos e estavam repactuando as dívidas das empresas, mas não estava se resolvendo o problema fundamental: o de alto endividamento", diz o advogado Oreste Laspro, professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e sócio da Laspro Consultores, uma das bancas pioneiras em administração judicial no Brasil.

Laspro foi nomeado administrador judicial da SouthRock Capital - dona de várias redes de restaurantes como Starbucks, TGI Fridays e Subway-, que entrou em recuperação judicial em 2023. O pedido foi feito em 31 de outubro, mas só foi aceito mais de um mês depois, no dia 12 de dezembro (processo nº 1153819-28.2023.8.26.0100).

Um dos maiores e mais polêmicos processos do ano foi o da 123míihas. A companhia bateu à porta do Judiciário, no mês de agosto, com mais de R\$ 2 bilhões em dívidas e cerca de 700 mil credores para negociar - a maioria pessoas físicas (processo nº 5194147-26.2023.8.13.0024).

Na lista do ano ainda consta a M.Officer, do setor de vestuário. As dívidas da empresa são da ordem de R\$ 53,5 milhões, fruto de uma queda de 91% das vendas durante a pandemia da covid-19, segundo informou nos autos. Aspectos concorrenciais pela "entrada dos gigantes players asiáticos no cenário nacional" e dificuldade no acesso a crédito com bancos também influenciaram (processo n° 1123916-45.2023.8.26.0100).

Esse cenário afetou de forma mais aguda o setor de serviços e as micro e pequenas empresas. "Elas ficam mais sufocadas por conta do mecanismo do negócio. Com qualquer grande oscilação, dificuldade e, ainda mais em um cenário de incerteza econômica, elas não conseguem ter estrutura organizacional e fôlego para renegociar", afirma Samantha Longo, sócia do Bichara Advogados e integrante do Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (Fonaref) do Conselho Nacional de justiça (CNJ).

O aumento da demanda foi percebido no dia a dia dos escritórios, como no Thomaz Bastos, Waisberg, Kurzweil Advogados. "Foi um ano bastante agitado, com uma procura muito maior que nos últimos cinco anos, desde exame de possíveis medidas a protocolar os processos", afirma o advogado Ivo Waisberg, sócio da banca. Ele atua em uma das maiores recuperações, a da Americanas, cuja dívida é de R\$ 42,5 bilhões (processo n° 0803087-20.2023.8.19.0001), como representante do Bradesco, e também nos processos da SouthRock Capital e da 123milhas.

Embora os sinais de melhoria, como a queda da **inflação** e das taxas de juros, tenham começado a suagir, a reação no cenário de recuperação judicial é mais lenta e a tendência de alta deve ser manter pelo menos durante este primeiro semestre. "A economia está melhorando, mas a recuperação das empresas não acompanha no mesmo ritmo, acaba tendo um efeito retardatário, então o número de pedidos ainda deve aumentar, pelo menos, durante o primeiro semestre", diz a advogada Juliana Bumachar, sócia do escritório Bumachar Advogados Associados.

"Foi um surpreendente aumento no índice de recuperações judiciais" Luiz Rabi

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187782>

Saque-aniversário do FGTS de 2024 é liberado pelo governo; veja calendário

Do UOL, em São Paulo 05/02/2024 05h00

O planejamento para a retirada anual do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) em 2024 já foi **comunicado** pelo governo. A liberação dos recursos ocorrerá conforme o mês de nascimento do trabalhador, possibilitando que os nascidos em janeiro, por exemplo, já possam sacar o valor disponível.

Na modalidade atual, os trabalhadores que optaram pelo **saque-aniversário** têm o direito de retirar uma parcela de seus fundos do **FGTS** anualmente no mês de seu aniversário. Em situações de demissão, eles têm acesso apenas à indenização rescisória.

A iniciativa do Ministério do Trabalho busca oferecer aos trabalhadores que escolheram o **saque-aniversário** a chance de retirar o saldo total de suas contas, não ficando restritos à indenização rescisória.

O governo pretende modificar essa regulamentação, possibilitando o saque integral do saldo da conta em demissões sem justa causa, assemelhando-se ao que ocorre para aqueles que não aderiram ao **saque-aniversário**. Em dezembro, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, manifestou sua intenção de apresentar o projeto de lei com as alterações até março.

O montante pode ser retirado do fundo no mês de aniversário dos trabalhadores. Confira as datas de liberação abaixo:

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/02/05/saque-aniversario-do-fgts-de-2024-e-liberado-pelo-governo-veja-calendario.htm>